

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 2003

Cria seguro obrigatório para prejuízos financeiros causados por incorporadores a promitentes compradores de imóveis em construção e dá outras providências.

Autor: Deputado **Dr. Rosinha**

Relator: Deputado **Dimas Ramalho**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 28, de 2003, de autoria do **Dr. Rosinha**, tenciona acrescentar alínea ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a fim de criar seguro obrigatório para cobrir prejuízos financeiros causados por incorporadores a promitentes compradores de imóveis em construção.

Os prejuízos financeiros cobertos pelo seguro compreendem, para cada promitente comprador adimplente, indenização correspondente ao montante pago durante a fase de construção ao incorporador que venha a ter sua falência decretada.

O pagamento da indenização, facultará à seguradora habilitação junto à massa falida, pelo valor correspondente àquele pagamento.

Segundo a Justificação, o projeto visa a preencher lacuna observada na lei, no sentido não só de proteger a poupança popular investida no setor, mas também de fortalecer o mercado da construção civil.

A Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, por unanimidade, opinou pela aprovação do projeto, nos termos do Parecer do Relator, Deputado **Rubens Otoni**.

Já a Comissão de Finanças e Tributação, também por unanimidade, opinou pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.

É relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante o disposto no art. 32, inciso IV, alínea *a*, do Regimento Interno, cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, manifestar-se sobre a proposição sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A matéria nela tratada se insere na competência legislativa da União, prevista nos arts. 22, inciso VII, e 48, *caput*, da Constituição Federal.

A iniciativa legislativa concorrente obedece ao disposto no art. 61, *caput*, da Carta Política.

No mais, a proposição é jurídica e está formalizada segundo os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela de nº 107, de 2001.

Isto posto, o voto é sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 28, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado **Dimas Ramalho**
Relator